

Termo de Referência 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	158330-INST.FED.DE EDU.,CIENC.TEC. DE SÃO PAULO	ANDERSON LUIS PETRONI	09/02/2024 09:12 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	1/2024	23315.000012.2024-71

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de cobertura de seguro patrimonial para o Câmpus São Carlos do IFSP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL MÁXIMO
1	Prestação de serviços de cobertura de seguro patrimonial para os imóveis e benfeitorias compreendidos nas dependências do Câmpus São Carlos do IFSP, incluindo seus bens móveis (equipamentos, mobiliário e outros materiais), contra o risco eventual e imprevisto de ocorrências de sinistros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	906	serviço	1 (uma) Apólice de Seguro (Vigência: 12 meses)	R\$ 15.380,40

1.1.1. Tabela de Coberturas / Limites Máximos de Indenização / Franquias:

Cobertura	Risco	Limite máximo de indenização	Franquia	Valor Estimado dos Bens
1. Incêndio/Raio /Explosão de qualquer natureza;	Relativo	R\$ 23.351.122,69	10% dos prejuízos indenizáveis min R\$ 5.000,00	Bens Imóveis: R\$ 11.001.792,92 (onze milhões, ur mil, setecentos e

1. Danos Elétricos;	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, min. R\$ 500,00.	noventa e dois reais e noventa e dois centavos) Bens Móveis: R\$ 13.562.199,70 (treze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cento e noventa e nove reais e setenta centavos)
1. Responsabilidade Civil Operações;	Absoluto	R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, min. R\$ 1.000,00.	
1. Responsabilidade Civil Empregador;	Absoluto	R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, min. R\$ 1.000,00.	
1. Vendaval, Furacão, Ciclone e Tornado;	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, min. R\$ 1.000,00.	
1. Roubo e/ou Furto Qualificado.	Absoluto	R\$ 400.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, min. R\$ 1.000,00.	

1.1.2. Especificação das coberturas:

1.1.2.1. Incêndio, Explosão e/ou Raio: Abrange os danos materiais causados aos bens segurados por incêndio, queda de raio ocorrido dentro da área do terreno ou edificação onde estiverem localizados os bens segurados, explosão de gás em aparelhos de uso doméstico, desde que ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, contanto que o gás não tenha sido gerado no local segurado ou que este não faça parte de qualquer fábrica de gás. São também indenizáveis por esta cobertura, as perdas e/ou danos materiais decorrentes de desmoronamento diretamente resultante de riscos cobertos, impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados por motivos de força maior, providências tomadas para combate à propagação de riscos cobertos, deterioração dos bens segurados guardados em aparelhos de refrigeração, resultante exclusivamente de paralisação do aparelho de refrigeração, em decorrência dos riscos cobertos e ocorridos dentro da área do estabelecimento segurado. Riscos excluídos: incêndio decorrente de tumulto, greves, lock-out ou de queimadas em zonas rurais; extravio, roubo ou furto decorrente do tumulto causado pelo incêndio, perdas não materiais (perdas de mercado, lucros cessantes, multas e juros), fermentação ou combustão espontânea, explosão ou implosão de qualquer causa, exceto de uso de gases domésticos, quedas de aeronaves ou outros engenhos espaciais.

1.1.2.2. **Danos elétricos:** Abrange os danos materiais causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive queda de raio ocorrida fora do local segurado. Riscos Excluídos: danos elétricos decorrentes de causa mecânica, perda de dados, instruções ou softwares de sistemas computacionais, danos em decorrência de curtos-circuitos causados por água de chuva ou vazamento da rede hidráulica ou de esgoto originados no local de risco, alagamento, inundação, carga por operação que exceda a capacidade normal de operação dos bens segurados, exceto por variação anormal de tensão, inadequação ou insuficiência de demanda de energia elétrica instalada no local de risco, desligamento intencional de dispositivo de segurança ou de controles automáticos, danos decorrentes de falha ou interrupção no fornecimento de energia por parte da geradora ou distribuidora, mesmo que a interrupção seja programada, danos a mercadorias e matérias-primas acondicionados em ambientes frigorificados.

1.1.2.3. **Responsabilidade Civil Operações:** No caso de acidentes envolvendo comunidade externa que causem à vítima invalidez permanente, morte ou necessidade de tratamento médico, acidentes que resultem das atividades institucionais e/ou eventos (feiras ou/e exposições) programados pelo segurado, operações de carga e descarga. Riscos excluídos: Danos causados por construção, demolição, reconstrução e alteração estrutural do imóvel, instalações e montagens. Porém, pequenos trabalhos de reparos destinados à manutenção do imóvel têm cobertura.

1.1.2.4. **Responsabilidade Civil Empregador:** No caso de acidentes envolvendo a comunidade interna (servidores, discentes e terceirizados) que causem à vítima invalidez permanente, morte ou necessidade de tratamento médico, acidentes que resultem das atividades institucionais, pedagógicas e/ou eventos (feiras ou/e exposições) programados pelo segurado, operações de carga e descarga. Riscos excluídos: Danos a bens pessoais de alunos, professores e funcionários, danos causados por construção, demolição, reconstrução e alteração estrutural do imóvel, instalações e montagens. Porém, pequenos trabalhos de reparos destinados à manutenção do imóvel têm cobertura.

1.1.2.5. **Vendaval, Furacão, Ciclone, tornado, granizo:** A seguradora responderá até o limite máximo de indenização (LMI) por prejuízos materiais causados por vendaval (vento de velocidade igual ou superior a 54 até 102 km/hora), furacão, ciclone (grande massa de ar de circulação fechada em que os ventos sopram para dentro, ao redor deste centro, com ventos acima de 102 até 119 km/hora), tornado (coluna giratória violenta de ar) ou granizo (precipitação na forma de gelo). Riscos excluídos: Inundação ou alagamento causados por transbordamento de rios ou enchentes, entrada de água de chuva ou granizo em aberturas naturais dos edifícios, águas decorrentes de vazamentos de origem hidráulica ou extravasamento de calhas.

1.1.2.6. **Roubo e/ou furto qualificado:** A seguradora responderá até o limite máximo de indenização (LMI) os prejuízos decorrentes de roubo ou furto qualificado de valores de propriedade do IFSP Campus São Carlos, conforme definido no inciso I do artigo 155, quando ocorrido no interior do campus segurado, por destruição ou perecimento dos valores em consequência de tentativa de roubo ou de furto qualificado, por extorsão de acordo com o artigo 158 do Código Penal. Riscos Excluídos: prejuízos decorrentes de apropriação indébita, furto simples, estelionato, extorsão mediante sequestro, infidelidade, cumplicidade, dolo ou culpa de prepostos do segurado, lucros cessantes, tumulto e lock-out.

1.1.2.7. Com fundamento na legislação vigente, as seguradoras não indenizam perdas ou danos provenientes de:

- 1.1.2.7.1. Tumultos, greves ou rebelião;
- 1.1.2.7.2. Poluição, radioatividade ou contaminação;
- 1.1.2.7.3. Falta de pagamento do prêmio de seguro;
- 1.1.2.7.4. Culpa grave ou dolo do Contratante na ocorrência de sinistro.

1.1.2.8. Bens não abrangidos pelo seguro:

- 1.1.2.8.1. Veículos de qualquer espécie, bem como seu conteúdo, peças ou acessórios;
- 1.1.2.8.2. Projetos, plantas, moldes ou papéis que contenham valor;
- 1.1.2.8.3. Joias, quadros, objetos de arte ou de valor estimativo, raridades, tapetes, coleções e quaisquer objetos raros ou preciosos.

1.2. Para formulação da proposta, considerar que toda e qualquer indenização no âmbito deste contrato deverá utilizar o Valor de Novo (sem depreciação), para reposição dos bens danificados.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de início da contratação, a ser definida em ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021, não cabendo prorrogação.

1.5. A empresa deverá atender as normas da SUSEP para o tipo especificado ora requisitado.

1.6. O serviço objeto desta contratação é enquadrado como não continuado.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-000003/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 434

IV) Classe/Grupo: 713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES (EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO)
(EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA)

V) Identificador da Futura Contratação: 158330-1/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da Contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.1. Não haverá o fornecimento de mão de obra exclusiva na contratação objetivada ou possível prejuízo ao patrimônio público que justifique a obrigatoriedade da garantia contratual.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 16 (dezesseis) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo endereço de e-mail: clt.scl@ifsp.edu.br.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Certidões

4.10. Serão exigidas, para assinatura do contrato, a Certidão de Regularidade e Certidão de Administradores, emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove a inexistência de pendências perante aquele órgão.

Participação

4.11. Em virtude do objeto da licitação não permitir a participação de ME e EPP conforme art. 24 do Dec.-lei nº 73/66 combinado com o art. 3º, 4º, inc. VIII da Lei Complementar nº 123/06 e art. 9º, inc. I, do Dec. Nº 6.204/07, não se aplicam as regras de favorecimento a microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A proposta do seguro deverá especificar, de acordo com os bens – imóveis e móveis – a serem segurados, os valores das coberturas até os limites definidos no presente instrumento ou, na ocorrência de prejuízos parciais, até o limite do valor apurado na avaliação pericial.

5.1.2. A Seguradora deverá entregar à Contratante, no prazo até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato, a Apólice de Seguro, que é a prova de existência do contrato.

5.1.3. A Apólice de Seguro de bens móveis e imóveis deverá conter, impreterivelmente, que o prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros não seja superior a 30 (trinta) dias.

5.1.4. A Contratada deverá fornecer informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens móveis e imóveis objeto deste Termo de Referência.

5.1.5. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processada pela Contratada mediante endosso, sem repasse de custos adicionais à Contratante.

5.1.6. A assinatura de eventual Termo de Quitação ocorrerá após a realização do pagamento da GRU referente à indenização apurada.

5.1.6.1. Caso o Termo de Quitação seja assinado antes do pagamento, deverá constar no documento, obrigatoriamente, a seguinte observação: "O documento assinado só terá validade após a realização do pagamento da GRU referente à indenização na forma do referido termo de quitação."

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os bens imóveis e móveis a serem segurados, de acordo com o objeto deste Termo de Referência, estão localizados no Campus São Carlos do IFSP, localizado na Estrada Municipal Paulo Eduardo de Almeida Prado, Km01, Jardim Guanabara, São Carlos/SP, CEP: 13.565-820.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. O edifício a ser segurado com seu respectivo conteúdo é composto por seis edificações, sendo:

5.3.1.1. 1 (um) Bloco em 2 pavimentos com Setor Administrativo, Biblioteca, Salas de Aulas e Laboratórios de Informática, Convívio e Pátio, com área de 4.994,5 m²;

5.3.1.2. 1 (um) Bloco em 2 Pavimentos com Hangar e laboratórios técnicos, com área de 2860,4 m²;

5.3.1.3. 1 (um) Bloco em 1 pavimento com Laboratórios de Mecânica, com área de 489,9 m²,

5.3.1.4. 1 (um) Bloco em 1 pavimento com Salas de Aulas, com área de 240,0 m²,

5.3.1.5. 2 (dois) Guaritas de segurança, com áreas de 30,7 m² e 25,1 m² e

5.3.1.6. 1 (uma) Quadra Poliesportiva, com área de 600,0 m². A área total de implantação do terreno é de 25.000,0 m², com área externa: 15.759,4 m², área construída: 9.240,6 m²

5.3.2. Trata-se de unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus São Carlos, autarquia do Governo Federal. A utilização do prédio é de toda a comunidade acadêmica, incluindo servidores públicos, terceirizados, corpo discente e público externo. As atividades do câmpus são de ensino, pesquisa e extensão.

5.3.3. Os edifícios a serem segurados possuem vigilância diurna e noturna, ambas desarmadas, sistema de monitoramento de câmeras, sistema de combate a incêndio composto de extintores de incêndio e hidrantes.

5.3.4. As instalações não são alugadas. Trata-se de imóvel da União dentro da área da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

5.3.5. Atualmente o campus possui apólice de seguro patrimonial registrada sob o nº 118 81 4000039 com a seguradora PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61.198.164/0001-60, vigente até o dia 23/03/2024.

5.3.6. O local a ser segurado possui bens em desuso ou inservíveis e eles não devem ser inseridos na cobertura a ser oferecida.

5.3.7. Não existem locais desocupados ou vazios nas instalações a serem seguradas.

5.3.8. Sinistralidade dos últimos 5 anos: foram 02 sinistros, 01 pela Travelers em 2019 (danos elétricos/conserto freezer) no valor de R\$ 2.430,00 e 01 pela Porto Seguro em 2023 (subtração de bens) no valor de R\$ 43.543,13.

5.3.9. O IFSP é isento de IOF, conforme Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

5.3.10. Na apólice, além das condições gerais, das condições especiais e, quando houver, das condições particulares para as coberturas efetivamente contratadas, devem constar as seguintes informações:

5.3.10.1. Identificação da seguradora, como respectivo CNPJ;

5.3.10.2. Datas de início e fim da vigência;

5.3.10.3. Discriminação, por item, das coberturas contratadas;

5.3.10.4. O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;

5.3.10.5. A informação de que será considerado o Valor de Novo (sem depreciação) para efeitos de indenização;

5.3.10.6. Nome da razão social do segurado;

5.3.10.7. A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

5.3.11. O Campus possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vigente e emitido pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo em 17/08/2023 sob o número 655527.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.15.1. o prazo de validade;
- 7.15.2. a data da emissão;
- 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.15.5. o valor a pagar; e
- 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.18.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.18.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.18.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.18.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.19. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.22. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para comprovação de aptidão para a prestação do serviço objetivado em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.380,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.380,40 (quinze mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26439/158330;

II) Fonte de Recursos: [1000];

III) Programa de Trabalho: 171154 - Funcionamento de Instituições Federais da Educação Profissional e Tecnológica - PT: 12.363.5112.20RL.0035 [20RL];

IV) Elemento de Despesa: [3.3.90.39.69];

V) Plano Interno: [L0000P0100N];

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON LUIS PETRONI

Agente de contratação

RIVELLI DA SILVA PINTO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 03. ETP8_2024.pdf (489.17 KB)

Anexo I - 03. ETP8_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 8/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23315.000012.2024-71

2. Descrição da necessidade

A necessidade do presente estudo é a contratação de serviços de seguro patrimonial para o edifício do IFSP Câmpus São Carlos. A contratação se justifica diante da necessidade da administração prevenir-se contra eventuais danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio ao erário, bem como seus respectivos conteúdos, contra incêndio, raio, explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado e riscos diversos (roubo ou furto de bens, danos elétricos e responsabilidade civil). Com a contratação almeja-se prevenir o câmpus, através de apólice de seguro, de possíveis danos e prejuízos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DAA/SCL	Elisângela Vieira Andrade

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A presente contratação deverá ser feita para um período de 12 meses iniciando, preferencialmente, em março de 2024.
2. O edifício a ser segurado com seu respectivo conteúdo é composto por seis edificações, sendo 1 Bloco em 2 pavimentos com Setor Administrativo, Biblioteca, Salas de Aulas e Laboratórios de Informática, Convívio e Pátio, com área de 4.994,5 m²; 1 Bloco em 2 Pavimentos com Hangar e laboratórios técnicos, com área de 2860,4 m²; 1 Bloco em 1 pavimento com Laboratórios de Mecânica, com área de 489,9 m², 1 Bloco em 1 pavimento com Salas de Aulas, com área de 240,0 m², 2 Guaritas de segurança, com áreas de 30,7 m² e 25,1 m² e uma Quadra Poliesportiva, com área de 600,0 m². A área total de implantação do terreno é de 25.000,0 m², com área externa: 15.759,4 m², área construída: 9.240,6 m².
3. A empresa de seguros deverá emitir apólice de seguros contra eventuais danos causados por sinistros cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio ao erário, bem como seus respectivos conteúdos, contra incêndio, raio, explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado e riscos diversos (roubo ou furto de bens, danos elétricos e responsabilidade civil).
4. Será solicitado ao licitante a Certidão de Administradores, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP que comprove a inexistência de pendências perante aquele órgão.
5. Em virtude do objeto da licitação não permitir a participação de ME e EPP conforme art. 24 do Dec.-lei nº 73/66 combinado com o art. 3º, 4º, inc. VIII da Lei Complementar nº 123/06 e art. 9º, inc. I, do Dec. Nº 6.204/07, não se aplicam as regras de favorecimento a microempresas e empresas de pequeno porte neste certame.

5. Levantamento de Mercado

Informamos que foram consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e a melhor alternativa continua sendo a contratação de empresa de seguros, que deverá emitir apólice de seguros contra eventuais danos causados por sinistros cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio ao erário, bem como seus respectivos conteúdos, contra incêndio, raio, explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado e riscos diversos (roubo ou furto de bens, danos elétricos e responsabilidade civil).

6. Descrição da solução como um todo

A contratação será realizada através da prestação de serviços de fornecimento de apólice de seguros que atenda a cobertura, limite máximo de indenização e franquia especificadas no item 7 (Estimativa das quantidades a serem contratadas) deste estudo técnico, sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A apólice de seguros deverá atender aos seguintes requisitos de cobertura, limite máximos e franquias:

Cobertura	Risco	Limite máximo de indenização	Franquia
1. Incêndio/Raio/Explosão de qualquer natureza;	Relativo	R\$ 23.351.122,69	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 5.000,00
2. Danos Elétricos;	Absoluto	R\$ 1.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 500,00
3. Responsabilidade Civil Operações;	Absoluto	R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 1.000,00
4. Responsabilidade Civil Empregador;	Absoluto	R\$ 150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 1.000,00
5. Vendaval, Furacão, Ciclone e Tornado;	Absoluto	R\$ 1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 1.000,00
6. Roubo e/ou Furto Qualificado.	Absoluto	R\$ 400.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis min. R\$ 1.000,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.380,40

O valor estimado da contratação é de **R\$ 15.380,40**, conforme consta no ANEXO I (Relatório de cotação).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No caso da presente licitação o objeto (item único) não é divisível, não cabendo o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. A solução a ser contratada é a aquisição de apólice de seguro com serviços sem fornecimento de mão de obra exclusiva.
2. Esta solução é utilizada por diversos órgãos do mesmo porte e função do IFSP – Câmpus São Carlos, para garantir o patrimônio, quanto a eventuais danos causados por sinistros cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio.
3. O contrato atual, nº 01330/2023, é considerado contratação correlata em virtude de ser o mesmo objeto em execução no Câmpus, porém com vigência a encerrar em 22/03/2024, sem possibilidade de prorrogação.
4. A solução se apresenta como a mais viável para prevenção de sinistros.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação servirá de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Gestão Administrativa e Financeira presentes na estruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional, 2024 - 2028 do IFSP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a contratação:

- Prevenir-se contra eventuais danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio ao erário.
- Segurar os respectivos conteúdos do prédio, contra incêndio, raio, explosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado e riscos diversos (roubo ou furto de bens, danos elétricos e responsabilidade civil).
- Adquirir a apólice de seguro em conformidade com o termo de referência

13. Providências a serem Adotadas

De acordo com o art. 7º, §2º, inciso XI, art. 7º, da IN 40/2020, informamos que não existem providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, seja quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou quanto à adequação do ambiente da organização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

De acordo com o art. 7º, §2º, inciso XI, art. 7º, da IN 40/2020, informamos que não existem providências a serem adotadas pela administração quanto a possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras, visto se tratar de simples contratação de apólice de seguro patrimonial.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando-se todas as discussões realizadas para esta nova contratação, as reuniões e os itens deste estudo, declara-se que a contratação é viável e necessária para o desenvolvimento das atividades do Câmpus São Carlos – IFSP. Esta declaração não leva em consideração a existência de orçamento para este contrato, devendo esta verificação ser feita no momento oportuno, quando da tramitação de solicitação no SIAF.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON LUIS PETRONI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/01/2024 às 11:54:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relatorio_Fonte de Preços.pdf (386.81 KB)

Anexo I - Relatorio_Fonte de Preços.pdf



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
CNPJ: 10.882.594/0001-65
Responsável: ANDERSON LUÍS PETRONI
Matrícula: 2061405

Item	Preços	Valor Estimado	Quantidade	Total
1) Seguro / Garantia	4	R\$ 15.380,40	1.00	R\$ 15.380,40

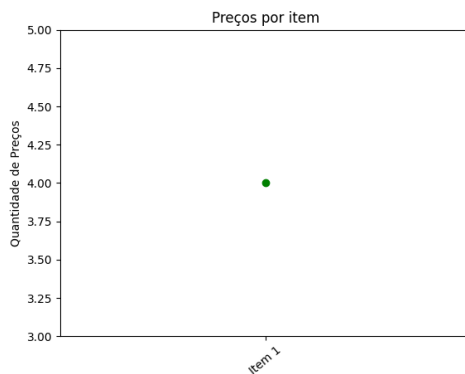
Total: R\$ 15.380,40

Item 1	Preços	Vir Unit.	Quantidade	Total
Seguro / Garantia	4	R\$ 15.380,40	1.00 / SVO	R\$ 15.380,40

Órgão/Empresa/Site: PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciário ...					
1	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Quant.	Data
	Comprasnet	NºPregão:142023/UASG:90038	90180605000102	1.00	27/12/2023 - 15:06:32
					Preço
					R\$ 15.046,50
Órgão/Empresa/Site: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E...					
2	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Quant.	Data
	Comprasnet	NºPregão:42023/UASG:194022	09227702000187	1.00	19/05/2023 - 18:22:10
					Preço
					R\$ 15.714,29
Órgão/Empresa/Site: CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA					
3	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Quant.	Data
	Comprasnet	NºPregão:32023/UASG:925042	90180605000102	1.00	06/04/2023 - 14:43:35
					Preço
					R\$ 13.300,00
Órgão/Empresa/Site: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima					
4	Fonte	Identificação	CNPJ do fornecedor	Quant.	Data
	Comprasnet	NºPregão:52023/UASG:70028	61074175000138	1.00	09/03/2023 - 15:36:48
					Preço
					R\$ 19.000,00

Mediana dos preços obtidos: R\$ 15.380,40

Valor Total da Cotação: R\$ 15.380,40



DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: Seguro / Garantia

Quantidade: 1.0000 SVO

Descrição:

Seguro Predial para a Seção Judiciária do Tocantins - Edifício Sede, conforme Edital.

Justificativas:

-

Preço (Comprasnet) [1]

R\$ 15.046,50

Órgão

PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal Seção Judiciário do Estado do Tocantins

Objeto

Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de Seguro Predial para a Seção Judiciária do Tocantins (Edifícios Sede e Anexo) e para as Subseções de Araguaína (Edifícios Sede e Anexo) e Gurupi/TO (Edifício Sede), com as características e especificações constantes do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

Descrição

Seguro / Garantia / Seguro Predial para a Seção Judiciária do Tocantins - Edifício Sede, conforme Edital.

Dados



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
CNPJ: 10.882.594/0001-65
Responsável: ANDERSON LUÍS PETRONI
Matrícula: 2061405

Data: 27/12/2023 - 15:06:32 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** NÃO
Fonte: Comprasnet **Código do item:** **Lote/Item:** 1
Identificação: Nº Pregão: 142023 / UASG: 90038
Quantidade: 1.00 **Unidade:** SVO **UF:** TO
Fabricante: Comprasnet Não disponibiliza essa informação.
Marca: Comprasnet Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** Comprasnet Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ: 90.180.605/0001-02 **Nome Fantasia:** GENTE SEGURADORA
Logradouro: R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO **Nº:** 450
Complemento: EDIF **Bairro:** CENTRO HISTORICO
Município: PORTO ALEGRE **UF:** RS
Telefone: (51) 3027-8864 / (51) 3027-8870 **Email:** contabilidade@genteseguradora.com.br

Preço (Comprasnet) [2]

R\$ 15.714,29

Órgão

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - FUNAI MUSEU DO ÍNDIO

Objeto

Pregão Eletrônico - REPETIÇÃO: Contratação de empresa especializada em logística e conservação de obras de arte, em modalidade internacional, para preparação de laudos técnicos, planejamento e confecção de embalagens especiais, gestão de desembarço aéreo aduaneiro e alfandegário, gestão de transporte rodoviário, gestão transporte aéreo internacional, entrega, desembalagem e seguro prego-a-prego de 607 itens museológicos do Museu do Índio que se encontram em Lille (França).

Descrição

Seguro / Garantia / Seguro "all risks" (valor declarado de R\$ 500.000,00).

Dados

Data: 19/05/2023 - 18:22:10 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** NÃO
Fonte: Comprasnet **Código do item:** **Lote/Item:** 21
Identificação: Nº Pregão: 42023 / UASG: 194022
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** RJ
Fabricante: Comprasnet Não disponibiliza essa informação.
Marca: Comprasnet Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** Comprasnet Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: ARTQUALITY EMBALAGENS ESPECIAIS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 09.227.702/0001-87 **Nome Fantasia:** ARTQUALITY
Logradouro: AL ARAGUACEMA **Nº:** 103
Complemento: SALA 04 ANDAR 1 **Bairro:** TAMBORE
Município: BARUERI **UF:** SP
Telefone: (11) 3534-3166 **Email:** morvan.filho@artquality.com.br

Propostas

#	Licitante	CNPJ	Inicial (R\$)	Final (R\$)
1	ARTQUALITY EMBALAGENS ESPECIAIS E TRANSPORTES LTDA	09227702000187	15.714,29	15.714,29

Preço (Comprasnet) [3]

R\$ 13.300,00

Órgão

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Objeto

Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de seguro para os 2(dois) imóveis do Conselho Federal de Educação Física, localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, bem como o acervo de bens, compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes à mencionada instituição e que estão em uso no imóvel a ser segurado, em caso de incêndio, raio, explosão, implosão, quebra de vidros, danos elétricos e responsabilidade civil.

Descrição

Seguro / Garantia / Seguro / Garantia - Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de seguro para os 2(dois) imóveis do Conselho Federal de Educação Física, localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, bem como o acervo de bens, compreendidos todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes à mencionada instituição e que estão em uso no imóvel a ser segurado, em caso de incêndio, raio, explosão, implosão, quebra de vidros, danos elétricos e responsabilidade civil.

Dados



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
CNPJ: 10.882.594/0001-65
Responsável: ANDERSON LUÍS PETRONI
Matrícula: 2061405

Data: 06/04/2023 - 14:43:35 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** NÃO
Fonte: Comprasnet **Código do item:** **Lote/Item:** 1
Identificação: Nº Pregão: 32023 / UASG: 925042
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** RJ
Fabricante: Comprasnet Não disponibiliza essa informação.
Marca: Comprasnet Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** Comprasnet Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ: 90.180.605/0001-02 **Nome Fantasia:** GENTE SEGURADORA
Logradouro: R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO **Nº:** 450
Complemento: EDIF **Bairro:** CENTRO HISTORICO
Município: PORTO ALEGRE **UF:** RS
Telefone: (51) 3027-8864 / (51) 3027-8870 **Email:** contabilidade@genteseguradora.com.br

Propostas

#	Licitante	CNPJ	Inicial (R\$)	Final (R\$)
1	GENTE SEGURADORA SA	90180605000102	23.028,90	13.300,00
2	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	61198164000160	23.028,90	13.465,78

Preço (Comprasnet) [4]

R\$ 19.000,00

Órgão

Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

Objeto

Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral, situados na Capital e no interior do Estado de Roraima, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade

Descrição

Seguro / Garantia / Serviço de seguro predial - TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista

Dados

Data: 09/03/2023 - 15:36:48 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: Comprasnet **Código do item:** **Lote/Item:** 1
Identificação: Nº Pregão: 52023 / UASG: 70028
Quantidade: 1.00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** RR
Fabricante: Comprasnet Não disponibiliza essa informação.
Marca: Comprasnet Não disponibiliza essa informação. **Modelo:** Comprasnet Não disponibiliza essa informação.

Fornecedor

Razão Social: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
CNPJ: 61.074.175/0001-38 **Nome Fantasia:** *****
Logradouro: AV DAS NACOES UNIDAS **Nº:** 14261
Complemento: ANDAR 29 ALA A **Bairro:** VILA GERTRUDES
Município: SAO PAULO **UF:** SP
Telefone: (11) 5111-2700 **Email:** tributos@bbmapfre.com.br

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP
CNPJ: 10.882.594/0001-65
Responsável: ANDERSON LUÍS PETRONI
Matrícula: 2061405

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

ARTQUALITY EMBALAGENS ESPECIAIS E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 09227702000187
EMAIL: morvan.filho@artquality.com.br
TELEFONE: (11) 3534-3166
ENDEREÇO: AL ARAGUACEMA - 103, SALA 04 ANDAR 1, TAMBORE. BARUERI/SP - 06.460-070

GENTE SEGURADORA SA

CNPJ: 90180605000102
EMAIL: contabilidade@genteseguradora.com.br
TELEFONE: (51) 3027-8864 / (51) 3027-8870
ENDEREÇO: R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - 450, EDIF, CENTRO HISTORICO. PORTO ALEGRE/RS - 90020060

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CNPJ: 61074175000138
EMAIL: tributos@bbmapfre.com.br
TELEFONE: (11) 5111-2700
ENDEREÇO: AV DAS NACOES UNIDAS - 14261, ANDAR 29 ALA A, VILA GERTRUDES. SAO PAULO/SP - 4794000

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61198164000160
EMAIL: cadastros.societarios@portoseguro.com.br
TELEFONE: (11) 3366-8085
ENDEREÇO: AV RIO BRANCO - 1489, RUA GUAIANASES, 1238, CAMPOS ELISEOS. SAO PAULO/SP - 1205001